



Estrada de Ferro Carajás

Informações financeiras intermediárias
“Carve-out” do trimestre findo em
31 de março de 2025

Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações financeiras intermediárias “Carve-out”

	Página
Relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Balanço Patrimonial	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias “Carve-out”	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das informações financeiras intermediárias “Carve-out”	
3. Receita de serviços, líquida	
4. Custos e despesas, por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias	
8. Intangível	
9. Imobilizado	
10. Provisões para processos judiciais	
11. Patrimônio líquido	
12. Partes relacionadas	
Responsável Técnico	17

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2025	2024
Receita de serviços, líquida	3	1.680.233	1.627.982
Custos dos serviços prestados	4(a)	(1.293.381)	(1.198.579)
Lucro bruto		386.852	429.403
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(9.494)	(7.716)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	4(c)	(8.102)	7.914
Lucro operacional		369.256	429.601
Resultado financeiro, líquido	5	(287.781)	(258.837)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		81.475	170.764
Tributos sobre o lucro	6		
Imposto de renda		(20.369)	(42.691)
Contribuição social		(7.333)	(15.368)
		(27.702)	(58.059)
Lucro líquido do período		53.773	112.705

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		81.475	170.764
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8 e 9	374.946	359.335
Atualização do contrato de concessão	5	62.925	65.973
Provisão para processos judiciais	10	4.059	9.450
Baixa do imobilizado e intangível		91.764	92
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(39.189)	(16.591)
Almoxarifado		(5.545)	20.381
Tributos a recuperar		(78.206)	(77.975)
Depósitos judiciais		1.126	(578)
Fornecedores		(107.625)	(53.345)
Fornecedores - Partes relacionadas		(9.837)	351
Obrigações sociais e tributárias		110.171	(22.870)
Contingências		(4.005)	(664)
Outros ativos e passivos, líquidos		(90.269)	(487)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		391.790	453.836
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	8 e 9	(396.301)	(482.376)
Prorrogação antecipada da concessão		(77.384)	(23.635)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(473.685)	(506.011)
Redução no caixa e equivalentes de caixa no período		(81.895)	(52.175)
Transferência do caixa para partes relacionadas		81.895	52.175
Partes relacionadas no início do período		15.743.047	13.286.808
Partes relacionadas ao final do período		15.824.942	13.338.983

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo			
Ativo circulante			
Partes relacionadas	12	73.223	34.034
Almoxarifado		295.241	289.696
Outros		9.858	13.279
		378.322	337.009
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	1.177.590	1.099.384
Depósitos judiciais	10	48.808	49.934
		1.226.398	1.149.318
Intangível	8	19.702.068	19.785.265
Imobilizado	9	15.400.379	15.391.711
		35.102.447	35.176.976
Total do ativo		36.707.167	36.663.303
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		989.407	1.097.032
Obrigações sociais e tributárias	7	5.458.558	5.320.687
Partes relacionadas	12	942	10.779
Dividendos a pagar	11(c)	271.918	271.918
Prorrogação antecipada da concessão	8	325.270	299.571
Outros		132.426	226.115
		7.178.521	7.226.102
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	12	15.824.942	15.743.047
Prorrogação antecipada da concessão	8	3.014.954	3.059.232
Provisões para processos judiciais	10	72.690	72.636
		18.912.586	18.874.915
Total do passivo		26.091.108	26.101.017
Patrimônio líquido			
	11		
Contribuição de capital		3.597.790	3.597.790
Reserva legal		456.689	456.689
Outras reservas de lucros		6.507.807	6.507.807
Lucros acumulados		53.773	-
Total do patrimônio líquido		10.616.059	10.562.286
Total do passivo e patrimônio líquido		36.707.167	36.663.303

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.597.790	399.443	5.692.052	-	9.689.285
Lucro líquido do período	-	-	-	112.705	112.705
Saldo em 31 de março de 2024	3.597.790	399.443	5.692.052	112.705	9.801.990

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.597.790	456.689	6.507.807	-	10.562.286
Lucro líquido do período	-	-	-	53.773	53.773
Saldo em 31 de março de 2025	3.597.790	456.689	6.507.807	53.773	10.616.059

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Receita bruta		
Receita de serviços	2.116.808	2.048.736
Outras receitas	24.768	30.314
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(359.224)	(279.985)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(319.099)	(322.704)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(14.718)	(14.891)
Outras despesas	(42.365)	(30.115)
Valor adicionado bruto	1.406.170	1.431.355
Depreciação e amortização	(374.946)	(359.335)
Valor adicionado líquido	1.031.224	1.072.020
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	762	965
Total do valor adicionado a distribuir	1.031.986	1.072.985
Remuneração direta	139.117	136.414
INSS	28.414	29.136
FGTS	7.917	8.024
Benefícios	49.946	48.091
Despesas financeiras	288.542	259.802
Impostos federais	218.643	243.350
Impostos estaduais	245.634	235.463
Lucro líquido do período	53.773	112.705
Distribuição do valor adicionado	1.031.986	1.072.985

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a “Ferrovia” ou “EFC”) compreende uma ferrovia de 979 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. (“Vale” ou a “Companhia”), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (“EFVM”) por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

A Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a União Federal, por meio do Ministério dos Transportes (em conjunto: “Partes”), vinham discutindo sobre as condições gerais dos Contratos de Concessão e, em 30 de dezembro de 2024, as bases gerais para repactuação foram reestabelecidas entre as Partes e cumprirão formalizações usuais, sendo submetidas à avaliação e anuência das autoridades competentes.

A repactuação será feita em conformidade com os termos dos contratos de concessão, que seguem vigentes, visando promover sua modernização e atualização. Sob as bases gerais da repactuação, a Vale se comprometeu com um aporte global máximo de aproximadamente R\$ 6.681.542 a título da revisão de levantamento da base de ativos da EFC, da otimização de obrigações contratuais e do replanejamento de investimentos. Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado referente a EFC no montante de R\$ 2.770.616 em 30 de dezembro de 2024. Em 31 de março de 2025, a Ferrovia EFC possui um passivo referente a prorrogação antecipada das concessões no valor de R\$ 3.340.224 (R\$ 3.358.803 em 31 de dezembro de 2024).

2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias “Carve-out” (“informações financeiras intermediárias”) foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões (“Anexo 8”) celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas informações financeiras intermediárias e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Anexo 8” firmado com a União.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Vale, em 15 de maio de 2025.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 9 e 10.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 12, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação dos saldos de partes relacionadas nas informações financeiras intermediárias.

3. Receita de serviços, líquida

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Transporte próprio da Vale	2.009.301	1.923.579
Transporte de carga geral e de passageiros	45.674	66.566
Receita acessória de transporte	61.832	58.591
Impostos sobre receitas	(436.574)	(420.754)
Total	1.680.233	1.627.982

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas, por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Pessoal	(225.395)	(221.664)
Material e serviço	(330.678)	(323.975)
Óleo combustível e gases	(250.876)	(243.203)
Depreciação e amortização	(374.946)	(359.335)
Outros	(111.486)	(50.402)
Total	(1.293.381)	(1.198.579)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Pessoal	(4.831)	(3.946)
Serviços	(1.687)	(1.692)
Depreciação e amortização	(1.713)	(821)
Outras	(1.263)	(1.257)
Total	(9.494)	(7.716)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Provisão para processos judiciais (nota 10)	(4.059)	(9.450)
Pesquisa e desenvolvimento	(19.608)	(862)
Venda de materiais (i)	24.463	30.086
Ajuste de inventário	(9.878)	(11.314)
Outras	980	(546)
Total	(8.102)	7.914

(i) Refere-se substancialmente à venda de sucata.

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros	(223.576)	(191.188)
Atualização do contrato de concessão	(62.925)	(65.973)
Variações monetárias e cambiais	(2.041)	(2.641)
	(288.542)	(259.802)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	761	965
	761	965
Resultado financeiro líquido	(287.781)	(258.837)

Política contábil

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens de receita financeira estão demonstradas na nota explicativa “12. Partes relacionadas”.

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	81.475	170.764
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(27.701)	(58.059)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo		
COFINS	1.005.493	941.244
PIS	172.097	158.140
Total a recuperar	1.177.590	1.099.384
Passivo		
Obrigações sociais	211.472	154.075
ISS	11.974	10.564
IRPJ	3.378.493	3.355.279
CSLL	1.228.262	1.220.882
Outras	628.358	579.887
Total a recolher	5.458.558	5.320.687

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

8. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.479.168
Adições	91.537
Atualização do contrato de concessão	(30.080)
Amortização	(172.311)
Saldo em 31 de março de 2024	17.368.314
Custo	22.953.263
Amortização	(5.584.949)
Saldo em 31 de março de 2024	17.368.314
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.785.265
Adições	115.336
Atualização do contrato de concessão	(4.120)
Amortização	(187.662)
Baixas	(6.751)
Saldo em 31 de março de 2025	19.702.068
Custo	25.922.640
Amortização	(6.220.572)
Saldo em 31 de março de 2025	19.702.068

Prorrogação antecipada da concessão

O passivo reconhecido da EFC, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos. A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Política contábil

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

9. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.888.176	4.068.630	339.865	5.593.086	2.651.128	14.540.885
Adições	-	-	-	-	390.839	390.839
Baixas	-	-	-	-	(92)	(92)
Depreciação	(2.856)	(51.223)	(9.286)	(123.659)	-	(187.024)
Transferências	(6.591)	(26.481)	(12.464)	186.898	(141.362)	-
Saldo em 31 de março de 2024	1.878.729	3.990.926	318.115	5.656.325	2.900.513	14.744.608
Custo	2.610.313	6.506.850	950.125	9.489.906	2.900.513	22.457.707
Depreciação acumulada	(731.584)	(2.515.924)	(632.010)	(3.833.581)	-	(7.713.099)
Saldo em 31 de março de 2024	1.878.729	3.990.926	318.115	5.656.325	2.900.513	14.744.608

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.974.746	4.184.233	279.631	5.617.671	3.335.430	15.391.711
Adições	-	-	-	-	280.965	280.965
Baixas	-	-	-	(2.361)	(82.652)	(85.013)
Depreciação	(3.323)	(60.489)	(10.302)	(113.170)	-	(187.284)
Transferências	10.063	13.856	(10.105)	121.086	(134.900)	-
Saldo em 31 de março de 2025	1.981.486	4.137.600	259.224	5.623.226	3.398.843	15.400.379
Custo	2.777.469	7.052.432	973.632	9.804.322	3.398.843	24.006.698
Depreciação acumulada	(795.983)	(2.914.832)	(714.409)	(4.181.096)	-	(8.606.320)
Saldo em 31 de março de 2025	1.981.486	4.137.600	259.224	5.623.226	3.398.843	15.400.379

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativa e julgamentos críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

10. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.150	12.862	27.688	1.290	54.990
Adições	-	6.135	3.315	-	9.450
Pagamento	-	(28)	(2.749)	-	(2.777)
Atualizações monetárias, líquido	283	1.265	539	26	2.113
Saldo em 31 de março de 2024	13.433	20.234	28.793	1.316	63.776

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.099	27.725	29.311	1.501	72.636
Adições	-	564	3.495	-	4.059
Pagamento	-	(347)	(5.604)	-	(5.951)
Atualizações monetárias, líquido	307	647	960	32	1.946
Saldo em 31 de março de 2025	14.406	28.589	28.162	1.533	72.690

b) Processos judiciais não provisionados

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Processos tributários	70.621	69.140
Processos cíveis	1.092.678	1.061.380
Processos trabalhistas	148.622	152.020
Processos ambientais	399.886	389.233
Total	1.711.807	1.671.773

c) Depósitos judiciais

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Processos tributários (i)	425	2.743
Processos cíveis	12.453	11.718
Processos trabalhistas	23.750	23.300
Processos ambientais	12.180	12.173
Total	48.808	49.934

(i) Refere-se ao resgate de alvará.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

Para fins das informações financeiras intermediárias, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são de R\$ 7.018.269 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do período corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 31 de março de 2025 não foram destinados valores para “dividendos a pagar”, permanecendo o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$271.918.

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

12. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Vale (i)	-	-	15.824.942	15.743.047	2.004.987	1.927.260
VLI	45.004	5.955	-	-	48.393	72.659
Ferrovia Norte Sul	20.004	19.977	-	-	32.021	32.311
Outros	8.215	8.102	942	10.779	22.779	16.506
Total	73.223	34.034	15.825.884	15.753.826	2.108.180	2.048.736

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de disponibilidades, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira, criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base nas aplicações financeiras praticados pela Vale com a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O